

15 OUT 1998

Economia - Brasil

PLANO ANTICRISE

CONTINUAÇÃO DA PRIMEIRA PÁGINA

Até as despesas constitucionais vão depender de dinheiro em caixa

O projeto de Lei Complementar muda toda a concepção orçamentária, passando a prevalecer o princípio de equilíbrio nas contas públicas. Economista que participa da elaboração da Programação Fiscal Trienal, afirma que essa mudança é o ponto fundamental do ajuste, ao inverter completamente a lógica da Constituição de 88 que criou obrigações do Estado sem definir de onde viria o dinheiro para cumpri-las. O princípio do equilíbrio fiscal acaba com a possibilidade de endividamento, ainda que seja para cumprir o que a Constituição define como obrigação do Estado. "Será um novo regime fiscal, onde as obrigações continuam, mas condicionadas à existência de recursos", disse o economista.

O equilíbrio fiscal será obtido principalmente pelo lado despesa. A maior contribuição pelo lado da receita será o aumento da alíquota da CPMF, o imposto sobre o cheque, de 0,2% para 0,3%. Trata-se de uma mudança de enfoque importante. Quando eclodiu a crise da Ásia, em outubro do ano passado, o Governo aumentou impostos, elevou os juros, mas não cortou gastos. A arrecadação não subiu o esperado por-

que as vendas caíram e os juros permaneceram elevados, desorganizando ainda mais as contas porque o custo da dívida aumentou. O aumento do IPI sobre automóveis revelou-se um grande equívoco: a elevação da alíquota desestimulou o consumo e o Governo perdeu receita.

A estratégia da equipe econômica é realizar o ajuste em no máximo seis meses, no período entre outubro deste ano e março do ano que vem. A partir daí seria a etapa de consolidação do ajuste. A pressa atende também a uma lógica: quanto mais rápido for o ajuste, mais rapidamente o Governo poderá reduzir a taxa de juros. Na avaliação da equipe econômica, além de ser o item que mais pesa hoje no déficit (a conta de juros em um ano por causa da elevação da taxa, foi de cerca de R\$ 30 bilhões) os juros são o principal obstáculo ao investimento privado. O sacrifício do ajuste será tanto menor quanto mais rápido o Governo conseguir impor o equilíbrio orçamentário. "Não serão mudanças pontuais, mas um novo regime fiscal", afirmou o economista.

CRISTIANA LÔBO

Repórter do Jornal de Brasília